

A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese

Author(s): Nuno Valério and Maria Paula Fontoura

Source: *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, No. 129 (1994), pp. 1193-1208

Published by: Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/41011069>

Accessed: 21-11-2022 18:58 UTC

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://about.jstor.org/terms>



JSTOR

Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Análise Social*

A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese

1. INTRODUÇÃO: O «SEGUNDO PERÍODO COLONIAL»

Quando, em 1876, os últimos escravos angolanos terminaram o período de serviço que a Lei de 25 de Fevereiro de 1869 os obrigava a prestar aos seus antigos senhores, Angola era constituída por quatro distritos (Zaire, Luanda, Benguela e Moçâmedes), abrangendo uma área de cerca de 100 000 km² na planície litoral e um vago controle sobre entrepostos comerciais no interior. Cerca de 3000 pessoas de origem europeia e quase meio milhão de indígenas habitavam este território, cuja situação económica não era invejável, restringidas as exportações a bens resultantes de actividades de predação, tais como o tradicional marfim ou a cera, e à produção de algumas escassas plantações, principalmente de café.

Um século depois, quando, em 1975, Angola se tornou um Estado independente, a situação era completamente diferente. O território alargara-se, sobretudo com o controle dos planaltos do interior, até uma extensão de cerca de 1 247 000 km². A população de origem europeia aumentara até cerca de meio milhão e a população de origem africana atingia perto de 6 milhões. A economia apresentava-se próspera, quer devido à existência de exportações consideráveis de produtos agrícolas (café, algodão, açúcar, sisal e outros provenientes de plantações; milho proveniente de explorações tradicionais) e minerais (diamantes, ferro e petróleo) e mesmo de serviços (particularmente através de trânsito para o Shaba, antigo Catanga, pelo caminho de ferro de Benguela), quer devido ao início de um processo de industrialização.

Esta comunicação visa examinar as principais transformações da economia angolana durante o século que mediou entre a abolição da escravatura e a independência, época que designaremos por «segundo período colonial». Com esta designação pretendemos sublinhar os seus contrastes, por um lado, com o primeiro período colonial, por outro, com o período da independência que se seguiu.

Durante o primeiro período colonial, o domínio europeu restringia-se à faixa litoral e a parte da vida económica que ultrapassava os quadros do autoconsumo

* Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

estava virada para o tráfico de escravos (destinados basicamente ao Brasil) e, secundariamente, para a exportação de marfim. A abolição do tráfico de escravos (legislada em 1837, mas só efectivada na década de 1850) rompeu o principal elo comercial entre a colónia e a economia internacional.

No segundo período colonial verificou-se a construção de uma economia nacional — condicionada pelos interesses económicos da metrópole e pelas oscilações dos mercados externos — que serviu de suporte à abertura da economia angolana ao exterior, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, e potencializou-se a viragem da estrutura produtiva na década e meia que antecedeu a independência com a implantação de uma base produtiva dinâmica e diversificada.

Com a independência, o elo essencial de ligação ao exterior da economia angolana passou a ser o petróleo. A base produtiva anterior foi sendo destruída e evoluiu para uma combinação de empresas públicas, mercados ilegais e economia de autoconsumo.

2. A EMERGÊNCIA DE UMA ECONOMIA NACIONAL

A exploração económica do território angolano foi impulsionada pelos acontecimentos políticos externos, em particular a partilha de África entre as potências europeias. Após a Conferência de Berlim (1885), seguiu-se um renovado interesse pela exploração e «pacificação» do interior, enquanto a antiga classe «mercantil» procurava criar novos pólos de interesse económico após a perda do tráfico de escravos.

2.1. A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO

A definição diplomática das actuais fronteiras de Angola foi feita entre 1885 e 1891. Angola adquiriu, assim, a extensão territorial que ainda tem hoje (salvo pequenas correcções posteriores em alguns pontos da fronteira) e que está apresentada no mapa n.º 1. Nesse território viviam cerca de 3 milhões de indígenas, pertencentes às doze tribos referidas no mapa n.º 2, e cerca de 3000 pessoas de origem europeia. Tal como na maior parte das delimitações feitas pelas potências coloniais em finais do século XIX, foram frequentes as divisões de uma mesma tribo por duas colónias¹.

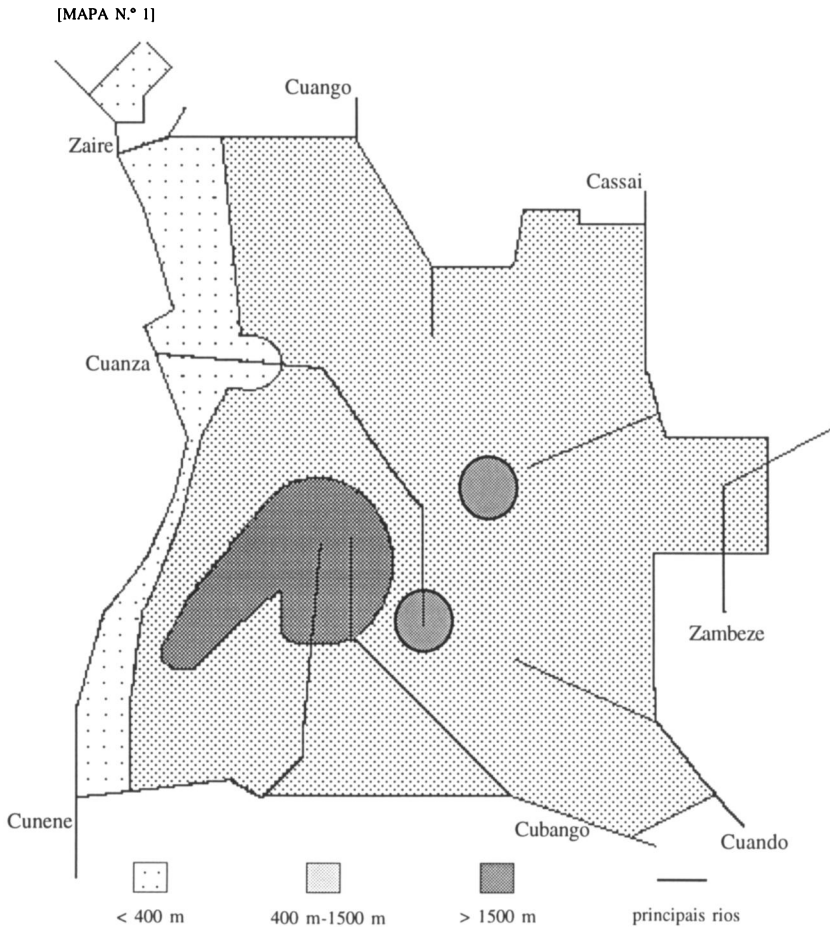
A consolidação do domínio territorial foi lenta e entremeada com conflitos com as sociedades tribais preexistentes, de que o poder colonizador acabou, naturalmente, por sair vencedor. Do final da segunda década do século XX até ao início dos anos 60, Angola viveu um incontestado domínio colonial português.

A população de Angola foi legalmente dividida em dois grupos: os indígenas e os civilizados. O grupo dos indígenas era constituído pelos habitantes de origem africana que continuavam a viver no contexto de sociedades tribais ou que, apesar

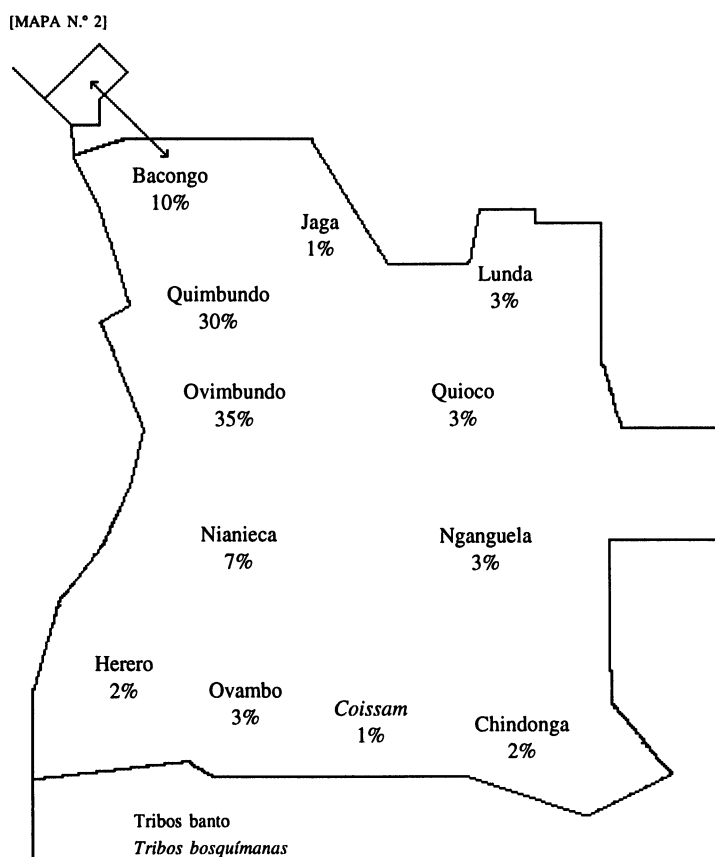
¹ Foi particularmente o caso dos Bacongo, divididos pelo Congo Francês (hoje Congo), pelo Congo Belga (hoje Zaire) e por Angola, dos Jaga e dos Lunda, divididos pelo Congo Belga e por Angola, e dos Ovambo, divididos por Angola e pelo Sudoeste Africano alemão (hoje Namíbia).

de terem passado a viver fora do contexto dessas sociedades, não estavam alfabetizados ou não tinham emprego permanente no sector moderno da economia. O grupo dos civilizados era constituído pelos habitantes de origem europeia e pelos habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania portuguesa plena (na prática, alfabetizados com emprego permanente no sector moderno da economia). Em termos quantitativos, os indígenas representaram sempre a esmagadora maioria. Em 1960 o número de indígenas ultrapassava os 4 milhões, enquanto o número de civilizados não chegava aos 200 000, dos quais os de origem europeia eram em número ligeiramente superior aos de origem africana. Esta divisão prolongou-se até à actualidade em termos culturais, grosseiramente reflectida na oposição entre a população urbana de cultura europeizada e a população rural de cultura ainda tradicional, e constitui hoje uma das maiores dificuldades à formação de uma verdadeira nação angolana.

Orografia e hidrografia



Tribos



Observação. — As percentagens indicadas são estimativas do peso de cada tribo na população total baseadas na distribuição regional da população.

O grupo dos civilizados gozava de cidadania plena, elegendo uma assembleia legislativa local e representantes no parlamento português. Apesar disso, o controle do governo da colônia pelo governo central foi sempre muito estreito, exercendo-se através da figura de um governador-geral ou alto comissário.

2.2. A FORMAÇÃO DE UM SECTOR PRODUTIVO MODERNO

Após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A facção pró-portuguesa ganhou, no entanto, e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção de trabalho forçado (que, apesar das reformas que Norton de Matos procurou introduzir em 1921-1924, permaneceu de forma mais ou menos camuflada até ao fim do Estado Novo) e

nas riquezas naturais da região. Assim, fomentou-se a produção de amendoim e óleo de palma e sobretudo da borracha. Em 1908 a borracha representava 65% das exportações de Angola, vindo esta produção a ser derrubada pela concorrência da borracha de plantação de Singapura, Ceilão e Taiping.

Que a colónia não tenha conseguido efectuar a passagem da borracha selvagem para a borracha de plantação, revela a sua fraca capacidade de empreendimento. Para além da manutenção da exportação de cera e marfim, algum esforço significativo de diversificação seria feito com Norton de Matos. Recaiu, porém, sobretudo sobre as pequenas economias africanas (feijão, óleo de rícino, milho). A recuperação da economia exportadora só ocorreria na década de 40, quando as circunstâncias internacionais se revelariam particularmente favoráveis.

A formação do sector moderno da economia é indissociável do domínio colonial. Em 1892 foram adoptadas severas restrições pautais com o objectivo de tornar Angola um mercado fechado para as exportações portuguesas, sobretudo de têxteis e vinhos. Quanto aos produtos provenientes desta colónia importados por Portugal, os direitos eram reduzidos a níveis praticamente insignificantes.

Esta reforma, feita para reanimar a indústria na metrópole, suscitou vivos protestos em Angola. Em particular, a produção local de álcool seria severamente penalizada por impostos e direitos aduaneiros, o que teve importantes consequências internas, na medida em que se tratava de um sector em expansão. Em alternativa, foi apoiada a produção de açúcar, o que favoreceu, embora de uma forma muito lenta, algumas camadas de uma burguesia colonial mais próspera.

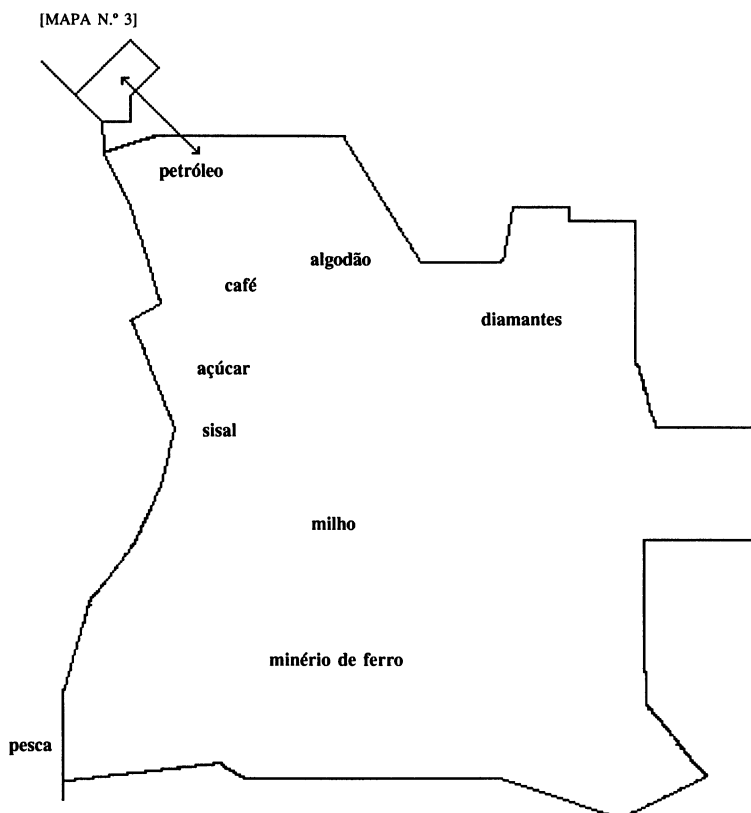
A orientação de pauta de 1892 seria consolidada com o Acto Colonial de 1930, que definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colónias o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, e o condicionamento industrial, que vedava às colónias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da industrialização em Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 60.

A reactivação económica de Angola ocorreria após a crise de 1929-1933 e a subida do preço das matérias-primas que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foram então favorecidas várias exportações angolanas, em particular o café, sisal, diamantes e algodão, e iniciou-se um período de crescimento acelerado. A produção mais beneficiada foi o café, que veio a constituir a principal exportação entre 1946 e 1972, altura em que foi substituído pelo petróleo.

O *boom* do café teve importantes consequências para Angola, ao tornar-se um poderoso atractivo sobre a imigração portuguesa. Em 1930 havia na colónia cerca de 30 000 brancos e 53 000 mestiços, representando cerca de 5% da população total (4,8 milhões). Isto representava um importante mercado interno, que viria a constituir os fundamentos da industrialização dos anos 60.

O sector produtivo moderno existente até à década de 60 era, portanto, basicamente constituído por plantações e minas. A distribuição regional das principais produções está representada no mapa n.º 3. Uma importante rede de vias férreas assegurava a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional.

Principais produções

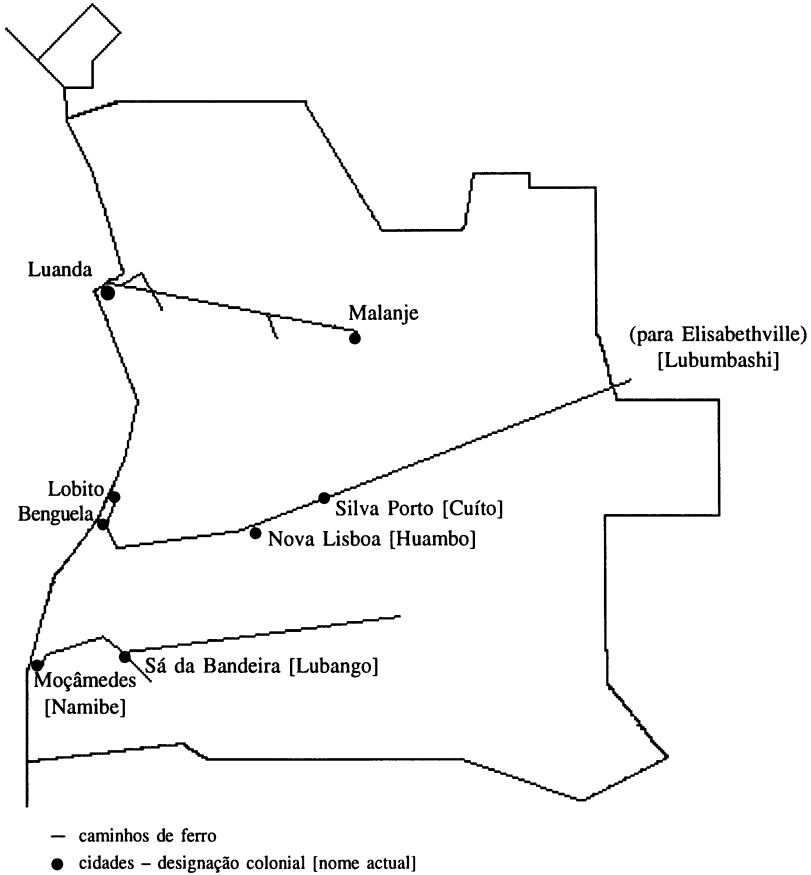


As plantações existiam sobretudo na parte noroeste de Angola: regiões do Baixo Zaire, Baixo Cuanza e planalto de Malanje. A sua principal produção era o café, seguida do algodão e do açúcar. As minas existiam sobretudo na parte noroeste de Angola (planalto da Lunda), para a extracção de diamantes, e na parte sul de Angola (planalto de Huíla e Cuando-Cubango), para a extracção de minério de ferro. O Noroeste (regiões de Cabinda e de Luanda) assistiu na década de 50 a prospecções para a pesquisa de petróleo, que conduziram à descoberta de importantes jazidas na década seguinte.

Os principais caminhos de ferro e centros urbanos estão representados no mapa n.º 4. Os caminhos de ferro eram três: a norte, cerca de 650 km de vias, na sua maioria construídas já antes da Primeira Guerra Mundial, ligavam Luanda ao planalto de Malanje; no centro, cerca de 1500 km de vias, começadas antes da Primeira Guerra Mundial, mas só concluídas no final da década de 20, ligavam os portos de Benguela e do Lobito aos planaltos do Huambo, do Bié e de Lunda, atravessando depois a fronteira com o Congo Belga (hoje Zaire) a caminho de Elisabethville (hoje Lubumbashi), no Catanga (hoje Shaba); no sul, cerca de 300 km de vias, também começadas antes da Primeira Guerra Mundial, mas só concluídas na década de 20, ligavam o porto de Moçâmedes (hoje Namibe) ao planalto de Huíla.

Caminhos de ferro e principais cidades

[MAPA N.º 4]



Plantações, minas e caminhos de ferro faziam parte de uma estrutura naturalmente virada para o exterior, contactando com ele através de portos. Os principais portos de Angola — Luanda, Lobito (que, gradualmente, suplantou Benguela) e Moçâmedes — correspondiam ao término das linhas de caminho de ferro. Na década de 50 começaram a surgir igualmente os aeródromos. De entre eles, apenas os de Luanda e Nova Lisboa (hoje Huambo) constituíam aeroportos de articulação internacional.

O caminho de ferro de Benguela contribuiu também para escoar a agricultura tradicional da zona dos planaltos centrais, particularmente o do Huambo e o do Bié. Desta forma foi estimulada a sua produção, que aumentou significativamente, permitindo abastecer sem crises graves a população de Angola e, inclusive, o Sul do então Congo Belga.

Apesar da expansão económica assinalada durante o «ciclo do café», a taxa de crescimento da economia foi moderada, quando comparada, por exemplo, com o crescimento que se seguiria ao fim do Pacto Colonial e à industrialização do

território na década de 60 e primeira metade da década de 70, como pode ver-se pelo quadro n.º 1 e pela figura n.º 1. Um factor que entrou a modernização da economia (e que não é indissociável do papel mais geral atribuído à colónia) foi a debilidade dos mecanismos monetários. A principal moeda de troca permaneceu por muito tempo o álcool, apesar das proibições impostas pela metrópole, e o recurso ao crédito era deficiente.

Evolução económica de Angola 1953-1973

[QUADRO N.º 1]

Ano	Produto interno bruto (preços correntes) (10 ⁹ escudos)	Índice de preços (base: 1963) = 100	Produto interno bruto (preços de 1963) (10 ⁹ escudos)	População (10 ⁶ habitantes)	Produto interno bruto por habitante (preços de 1963) (escudos)
1953	9	93	10	4 340	2 239
1954	9	93	10	4 406	2 285
1955	10	94	10	4 474	2 318
1956	10	95	11	4 543	2 351
1957	10	95	11	4 613	2 385
1958	11	94	12	4 684	2 463
1959	11	97	12	4 757	2 470
1960	12	95	12	4 830	2 528
1961	13	91	14	4 908	2 829
1962	13	98	14	4 988	2 718
1963	15	100	15	5 069	2 924
1964	19	106	18	5 151	3 436
1965	19	112	17	5 235	3 272
1966	22	116	19	5 319	3 597
1967	25	125	20	5 406	3 653
1968	28	130	22	5 493	3 973
1969	34	141	24	5 582	4 289
1970	39	146	27	5 673	4 735
1971	42	155	27	5 851	4 641
1972	46	168	27	6 034	4 536
1973	59	200	29	6 223	4 717

Fonte: Moura Roque *et al.*, 1991.

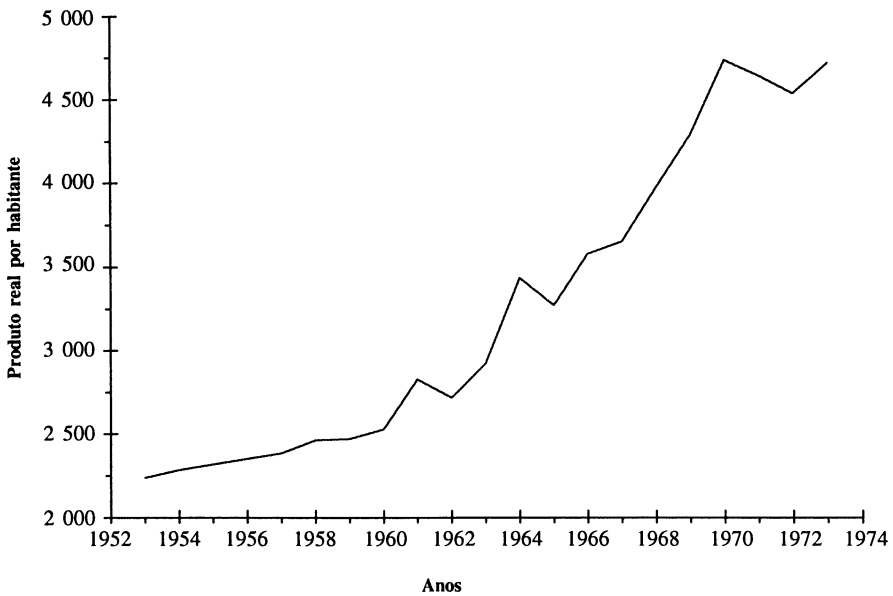
A monetarização da economia seria facilitada pela criação da Junta da Moeda de Angola, à qual competia gerir um fundo de reserva monetária para facultar a cobertura das transferências entre Angola e a metrópole. Em 1926 foi criado o Banco de Angola, visando-se a estabilização da moeda. Angola atravessou, contudo, graves crises de pagamento, obrigando à adopção de soluções variadas. Os períodos de maior crise de pagamentos foram apoiados com restrições cambiais. Assim aconteceu em 1931, através do controle de crédito, da constituição de um fundo cambial e do condicionamento das transferências, com a entrega obrigatória pelas empresas de 75% dos valores exportados, para além da limitação das importações. Em 1959, no seguimento da descida das cotações mundiais do café e do sisal, os agentes económicos ficaram obrigados a entregar ao fundo cambial cerca

de 90% das divisas provenientes das receitas de exportação, para além de existir contenção das importações. Estas restrições manter-se-iam até à entrada em vigor de um novo sistema de pagamentos interterritoriais (zona do escudo) em 1961, sistema que, conforme referiremos, viria rapidamente a revelar-se inadequado.

Evolução do produto real por habitante de Angola 1953-1973

Valores em escudos de 1963

[FIGURA N.º 1]



3. O ARRANQUE INDUSTRIAL

O início da década de 60 trouxe importantes transformações à economia angolana. Até meados da década de 70, Angola percorrerá as vicissitudes da primeira experiência significativa de industrialização.

O arranque industrial foi uma consequência, em termos gerais, da alteração da política colonial. O «Pacto Colonial» foi substituído pelo «Espaço Económico Português», caracterizado pela integração económica dos espaços metropolitano e ultramarino. Esta viragem trouxe a Angola oportunidades de industrialização.

A orientação e políticas seguidas ao longo deste período não foram, contudo, uniformes.

Entre 1961 e 1971 a concepção geral foi «liberalizante». Não se pode identificar propriamente uma «estratégia» para a industrialização de Angola, que emerge sobretudo como consequência da alteração do regime de condicionamento industrial no contexto de um mercado interno em expansão.

Após 1972, delinea-se uma política de substituição de importações, com o duplo objectivo de reforçar e diversificar o aparelho produtivo angolano e solucionar graves desequilíbrios de natureza macroeconómica. A estratégia a implementar estará mais clarificada nas vésperas da independência, mas será interrompida pelos acontecimentos posteriores.

3.1. A «FASE LIBERAL»: 1961-1971

A criação do «Espaço Económico Português» (EEP) pode ser entendida no contexto da adesão de Portugal à EFTA, que ocorreu em 1959. Por um lado, oferecia a Portugal indubitáveis vantagens, ao possibilitar a manutenção das margens preferenciais de que gozava em relação às colónias: ou seja, a metrópole podia continuar a poder encontrar nas colónias produtos agrícolas e matérias-primas a preços relativamente mais baixos e as colónias, por seu turno, a encontrar vantagens nas compras feitas à metrópole. Esta foi talvez a razão mais relevante. Porém, existia também a intenção na metrópole de, através de uma política de integração nacional, estimular o aparecimento de uma indústria que fosse «concorrencial e complementar» da sua, assim potencializando os efeitos positivos esperados da zona de comércio livre no espaço português e da participação na EFTA. Finalmente, no caso de Angola, a resistência nacionalista levará o «Estado Novo», com o apoio de jovens tecnocratas, a uma desesperada «viragem de última hora» para desenvolver Angola².

O EEP baseou-se em três instrumentos:

- Uma zona de comércio livre (ZCL) abrangendo o território nacional (continente, Madeira, Açores e territórios ultramarinos africanos) por via da abolição de «todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias no espaço nacional»³;
- Um sistema de pagamentos interterritoriais (zona do escudo) com vista a assegurar a liquidação das transacções de mercadorias, serviços e capitais que fossem sendo liberalizados, «assim como contribuir para a progressiva liberalização das mesmas transacções»⁴;
- A flexibilização do regime em vigor de condicionamento industrial⁵.

A liberalização dos direitos aduaneiros e restrições quantitativas no âmbito da ZCL foi preconizada de forma gradual (num prazo de dez anos) para evitar a exposição súbita, em fase de arranque, da indústria das colónias à concorrência externa⁶.

Quanto ao sistema de pagamentos interterritoriais, inspirou-se no mecanismo da União Europeia de Pagamentos, ao instituir um sistema de compensação de pagamentos entre a metrópole e as colónias. Para o efeito foi criado um fundo

² Cf. Neto, 1991a, e Ferreira, 1990.

³ Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961.

⁴ *Ibid.* e ainda outros diplomas importantes (v. Neto, 1991a, p. 76).

⁵ Decreto-Lei n.º 46 666, de 21 de Novembro de 1965.

⁶ V. Ferreira, 1990, pp. 90-93.

cambial (Fundo Monetário da Zona do Escudo — o FMZE) destinado a solver dificuldades de pagamentos. Procurava-se colmatar os efeitos negativos do sistema anterior, em que os pedidos de saídas de fundos das colónias para o exterior eram submetidos a um regime de prioridades, ficando as mercadorias provenientes da metrópole sujeitas aos meios de pagamento disponíveis e aos critérios definidos.

O terceiro vector da política económica nacional consistiu na reorientação da política de condicionamento industrial. Enquanto a lei anterior estipulava dois sistemas de condicionamento independentes — um para a metrópole, outro para os territórios ultramarinos —, ambos da responsabilidade do governo central, a nova lei cria uma política unificada para o EEP. Visava-se, por este meio, a «unidade» e «coordenação», de forma a possibilitar um «desenvolvimento industrial ordenado»⁷. A alteração mais significativa foi, porém, a transferência para as colónias da responsabilidade do condicionamento que não estivesse submetido ao regime «nacional». Em Angola isto significou que cerca de 99% dos pedidos de implantação industrial ficaram dependentes da aprovação do seu governador-geral (que podia, inclusivamente, optar pela isenção desta autorização). As necessidades do território passavam, portanto, a ser mais claramente definidas e defendidas.

As alterações introduzidas no regime de condicionamento industrial foram — apesar dos entraves burocráticos ao investimento que decorriam da necessidade de aprovação legal — muito favoráveis à instalação de indústrias no território. Após 1966 é permitida a instalação nas colónias do sector têxtil, até então interdito com receio de forte concorrência à indústria da metrópole, o qual em breve ganhará acentuado relevo (em 1970 é já a segunda indústria de Angola).

Legislação posterior comprova a intenção de fomentar a industrialização local⁸. Concessões várias foram dadas às indústrias (novas ou em vias de reestruturação) instaladas em Angola, a entrada de capitais estrangeiros foi favorecida com um código mais liberal e assistiu-se à crescente descentralização de poderes em Angola, o que passou pela criação de órgãos de decisão próprios e pelo aumento das competências atribuídas aos órgãos provinciais de Angola.

Durante os anos 60, a indústria transformadora registou um incremento considerável, sustentada por um mercado interno dinâmico e em expansão (engrossado pelas tropas e famílias deslocadas com a guerra ultramarina). Entre 1960 e 1970, o valor bruto da produção da indústria transformadora cresceu à taxa média anual de 17,8 % e o PIB 10% em termos nominais. Em 1973, a indústria angolana (com excepção da construção civil) representava 41% do PIB (26% em 1960). A indústria transformadora contribuía, em média, com cerca de 62% do valor bruto da população industrial e os sectores extractivos e derivados de pesca com 32% e 6%, respectivamente. A liderar estava a indústria de alimentação, com 36% do valor bruto da produção do sector transformador; seguia-se a indústria têxtil, com 32%, bebidas, com 11%, química, produtos minerais não metálicos e tabaco, com 5%, derivados de petróleo e produtos metálicos, com 4%, pasta de papel, papel e derivados, com 3%⁹.

⁷ Cf. Neto, 1991a, pp. 25-26.

⁸ V. Ferreira, 1990, pp. 102-104, e Neto, 1991a, pp. 26-27.

⁹ V. Ferreira, *ob. cit.*, p. 143, e Neto, *ob. cit.*, pp. 37-38.

A «fase liberal» conduziu, porém, ao agravamento de dificuldades/debilidades essenciais, fazendo repensar o «modelo» em curso.

O problema dos «atrasados»

A liberalização comercial agravou o volume de pagamentos devidos por Angola e a balança de pagamentos de Angola com a metrópole começou a registar após 1966 uma significativa acumulação de saldos negativos. A criação do sistema de pagamentos interterritoriais contribuiu, aliás, para fazer deslocar os meios de pagamento da área menos desenvolvida — Angola — para a área mais desenvolvida — a metrópole — na procura de uma maior segurança. A zona do escudo facilitou esta drenagem de meios de pagamento pela criação de uma moeda única — o escudo. A evolução foi tão rápida que Angola esgotou em finais de 1963 o crédito a que tinha direito no âmbito do FMZE. A partir de então formou-se o grave problema dos «atrasados» (ou seja, ordens de transferência emitidas pelos bancos das colónias por conta e ordem dos residentes, que aguardavam cobertura) nas liquidações à metrópole. Em 1964, os «atrasados» atingiram 970 000 contos, incluindo 350 000 contos de empréstimo do FMZE, e, em Setembro de 1971, ultrapassavam os 5000 milhares de contos. Perante a dimensão deste desequilíbrio, tornava-se indispensável conter as importações.

A reacção da burguesia colonial

A burguesia colonial, em expansão, começou a manifestar descontentamento com a evolução do processo de industrialização. A participação do sector transformador nas exportações totais de Angola era baixa (20%, em média, entre 1966 e 1971) e foi diminuindo ao longo da década. Isto exprimia uma economia que se baseava ainda essencialmente em matérias-primas, respondendo sobretudo às oscilações do mercado mundial. Em 1973 as principais exportações (os dados entre parênteses referem-se à percentagem do total) eram ainda o petróleo (30%), café (27%), diamantes (10%), minérios de ferro (6%), algodão (3%) e sisal (2%) (veja-se o quadro n.º 2 e a figura n.º 2). A expansão industrial visava sobretudo o mercado interno. Além disso, debilidades estruturais importantes eram patentes na elevada (e crescente) dependência em bens de capital e bens intermédios, centrando-se o arranque da indústria transformadora na indústria ligeira (só a alimentação, têxteis e bebidas representavam, como se notou atrás, 60% da produção industrial).

Em Angola surgiram importantes críticas ao raciocínio liberal, que «compreendera mal a realidade dos territórios colonizados ao aceitar o princípio de que qualquer eventual desequilíbrio nas suas balanças de pagamentos se deveria atribuir a causas conjunturais ou acidentais e não a males de estrutura»¹⁰. Só depois de alterações estruturais significativas se deveria implementar a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais no contexto interterritorial. A abertura do mercado

¹⁰ Posição sustentada por Costa Oliveira, director provincial de Angola entre 1961-1966 (cf. Torres, 1985, e Neto, 1991a).

angolano à indústria metropolitana, muito mais evoluída e dispendo de um mercado muito maior (o mercado europeu), estava a gerar um perigo de atrofiamento da indústria local. Preconizou-se, conseqüentemente, a inversão do processo de liberalização e uma política de substituição de importações, indispensável não só ao reforço da indústria local, como também à *autonomia* da economia.

Composição das exportações de Angola
Valores em percentagens

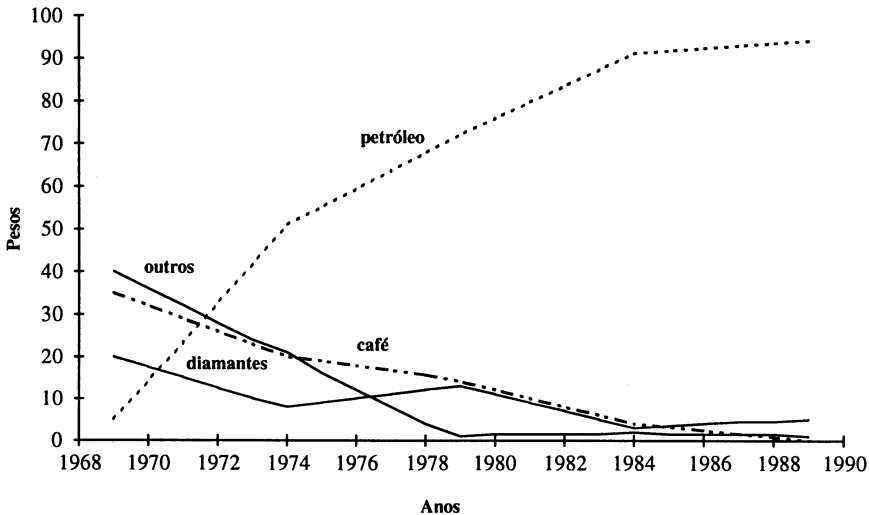
[QUADRO N.º 2]

Ano	Café	Diamantes	Petróleo	Outras
1969	35	20	5	40
1974	20	8	51	21
1979	14	13	72	1
1984	4	3	91	2
1989	+ 0	5	94	1

Fonte: Nações Unidas, *International Trade Statistics*.

Composição das exportações de Angola
Valores em percentagens

[FIGURA N.º 2]



O projecto do «espaço económico português»

Na metrópole existiam também fortes razões para apoiar uma inversão de estratégia. A par do grave problema de pagamentos externos, verificou-se o enfraque-

cimento crescente dos fluxos comerciais de Angola com a metrópole. Assim, no que se refere às exportações, passaram de 49,8% do total das exportações de Angola em 1960 para 12,1% em 1970. Quanto às importações provenientes da metrópole, de 41,4% do total das importações de Angola em 1962, representavam somente 26,3% em 1973. A quebra das importações ficou essencialmente a dever-se à incapacidade da metrópole em satisfazer a procura angolana em bens de capital, assim como às consequências naturais da industrialização crescente no caso dos bens de consumo. Era também resultado de um maior envolvimento da metrópole com o mercado europeu. Quanto ao comportamento das exportações, traduzia uma diversificação crescente dos mercados de destino de Angola, em parte como resposta a uma procura mundial dinâmica para as suas principais exportações na década de 60¹¹. Em qualquer caso, a situação focada revelava o falhanço da concepção inicial do EEP.

Em conclusão, as políticas adoptadas na fase «liberal» não se revelaram capazes de gerar um processo de industrialização que assegurasse o desenvolvimento auto-sustentado da economia angolana no quadro da sua integração no mercado único português. O balanço dos Angolanos e do governo central foi coincidente nesta questão: (a) era indispensável impulsionar o arranque da indústria angolana; e (b) para isso eram precisos instrumentos de protecção a uma indústria nascente.

3.2. A FASE PROTECCIONISTA: 1972-1974

Em 1971 o governo central pôs fim à experiência liberalizante com o Decreto-Lei n.º 478/71. Por esta via foi regulado um novo sistema de pagamentos, do qual o instrumento mais importante foi a generalização do registo prévio para a importação de mercadorias, que passou a ser extensivo às compras na metrópole. Além disso, em Angola o esquema de desarmamento pautal iniciado em 1962 foi atrasado e até anulado (tendo-se, em alguns casos, voltado a situações de maior restritividade do que antes da integração) e passaram a ser elaboradas anualmente listas de produtos sujeitos a restrições quantitativas.

Com este proteccionismo esperava-se poder regular simultaneamente o problema dos défices externos de Angola e reverter progressivamente uma economia essencialmente dependente da exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), fortemente sujeitos às oscilações do mercado internacional, numa economia exportadora com base industrial.

O balanço anterior e a opção inequívoca da industrialização do território estão reflectidos sobretudo nos critérios definidos para o licenciamento das importações: é dada prioridade à importação de matérias-primas, bens intermédios e bens de equipamento, isto é, bens necessários ao desenvolvimento da indústria angolana.

Note-se que, ao favorecer a importação de bens de equipamento essenciais, vibrava-se um golpe às indústrias da metrópole fornecedoras de bens de consumo (sobretudo as menos equipadas) e, por conseguinte, não incluídas no primeiro

¹¹ As exportações para o resto do mundo passaram de 25% do total em 1960 para 52,7% em 1971.

grupo de prioridades (os bens de equipamento eram essencialmente fornecidos pelo estrangeiro).

Ora, esta orientação não pode ser entendida somente como uma concessão às necessidades internas de industrialização em Angola. É também expressão da política de reestruturação da divisão do trabalho no contexto do EEP. A assinatura do acordo do comércio livre com a CEE em 1972 reforçou a perspectiva de que o confronto bem sucedido da metrópole com o mercado europeu exigia a implantação urgente de actividades produtivas tecnologicamente mais avançadas. Na metrópole existia, portanto, a intenção de reestruturar o aparelho produtivo, reorientado-o e adaptando-o às exigências tecnológicas e económicas da anunciada integração na Europa. A especialização deveria basear-se em bens de maior componente técnica, como as indústrias metal-mecânicas, química de base, siderurgia, construção naval, electrónica, informática e ainda o controle dos circuitos financeiros.

Quanto às indústrias que deixassem de interessar à metrópole, deveriam ser deslocadas para as colónias. A estas ficavam reservadas, portanto, as indústrias mais intensivas em trabalho (e indústria extractiva, como no caso angolano). Libertas da concorrência da metrópole, as condições para a sua expansão melhorariam claramente. Uma remodelação deste tipo teria a vantagem adicional de, ao permitir uma exploração mais adequada das vantagens comparativas no território nacional, torná-lo mais «integrado e coeso», reanimando os pressupostos iniciais do EEP¹².

Para a burguesia colonial angolana, a nova fase, que começou em 1971, foi entendida como uma política de «proteccionismo educador», ou seja, «compasso de espera até à preparação das até então aí adiadas reformas de estrutura»¹³. Apesar de um saudável crescimento da indústria (o VBP da indústria transformadora cresceu à taxa média anual de 21% entre 1970 e 1973), as exigências vão no sentido de um maior apoio do governo central à reformulação das estruturas e diminuição da dependência de bens de equipamento e bens intermédios para a indústria.

Estas reivindicações serão incorporadas no IV Plano de Fomento (1974-1979)¹⁴. A revolução de 1974 em Portugal inviabilizou, porém, este projecto. Na antiga metrópole, confrontada com novos e graves desequilíbrios macroeconómicos, e na ex-colónia, empenhada na construção de uma economia estatizada, as prioridades serão outras.

Entretanto, em Angola, quase vinte anos após a independência, as reformas estruturais continuam adiadas, o que, a par das consequências de uma guerra civil praticamente ininterrupta desde a independência e das ineficiências próprias das economias planificadas, conduziu à destruição quase integral do sector produtivo da economia (veja-se o quadro n.º 2 e a figura n.º 2).

¹² V. Torres, 1985, e Neto, 1991a, p. 59.

¹³ V. Torres, 1985, p. 26.

¹⁴ V. Neto, *ob. cit.*, pp. 57-59.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, M. E. (1990), *Angola-Portugal, do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, Escher, col. «Estudos sobre África», n.º 1.
- MOURA ROQUE, F., *et al.* (1991), *Economia de Angola*, Bertrand.
- NETO, A. M. (1991a), *Industrialização de Angola, Reflexão sobre a Experiência da Administração Portuguesa, 1961-1975*, Escher.
- NETO, A. M. (1991b), «Angola colonial: alguns aspectos sócio-económicos», in F. Moura Roque *et al.*
- TORRES, A. (1985), *Três Estudos: da Estratégia Colonial à Integração Europeia*, col. «Documentos de Trabalho», n.º 2, CESA, ISE.
- TORRES, A. (1991), *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Escher.